

## OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO.

RAFAEL DA SILVA ASSIS\*

### A escrita da História: construção do extermínio dos índios do Piauí

Durante muito tempo, ouvimos não existir mais índios no estado do Piauí. As narrativas escritas dão destaque ao extermínio, considerando o século XIX como marco do fim dos indígenas no estado do Piauí. Investigando as narrativas da tradição oral percebemos divergências entre narrativa oral e escrita, subterrânea e oficial (POLLAK, 1989). Em a Escrita da História, Certeau nos chama a atenção sobre o funcionamento da escrita ocidental, a “escrita conquistadora”, os colonizadores fizeram da América, um livro em branco “para nele escrever o querer ocidental”.

A hegemonia da cultura letrada, juntamente com a recorrência de narrativas escrita que enfatizam o extermínio das populações nativas do Piauí, nos levou a interrogar tais narrativas, com a pretensão de evidenciar o seu lugar de produção e o tempo e espaço que as variadas narrativas escritas querem representar.

Tentando compreender as nuances desta hegemonia, recorremos ao historiador galês Raymond Williams que considera a hegemonia como:

*um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentido e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerado como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes (WILLIAMS, 1979:113).*

Trilhamos então a ideia não de um caminho singular pautado tão somente na hegemonia como manipulação e doutrinação, mas sim de uma prática complexa, que se renova continuamente, sofrendo resistências, desafiadas por pressões (WILLIAMS, 1979).

---

\* Professor de História (SEDUC-PI). Mestrando em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No que diz respeito às “operações miméticas a quais nos possibilitam entrar em contato como o mundo”, fizemos uso do filósofo francês Paul Ricoeur, dialogando com o tempo e as narrativa, caçando pistas, sinais no fazer e compreender história.

Ancorado nessas discussões, do caráter temporal das narrativas e suas representações do tempo da experiência humana. Referenciamos-nos a região conhecida no século XVII como “Alto Sertão do São Francisco”, atual estado do Piauí. A região foi o último reduto nordestino a ser colonizado pelo homem branco. A colonização tardia foi um dos fatores para consolidar os vales piauienses como um corredor migratório, de variadas populações indígenas. O território piauiense está entre uma área de transição, de um lado a bacia do rio São Francisco, região de caatinga, do outro lado está a bacia amazônica. Os índios fugidos da Bahia, Pernambuco, Ceará e de outras regiões do nordeste colonizadas entre os séculos XVI e início do XVII, se refugiavam em terras piauienses. Transitavam entre o vale do São Francisco, vale do Parnaíba e vales da bacia amazônica. Mosenhor Chaves considera que:

*Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. [...] Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisam o solo piauiense cruzando os dois sentidos. (CHAVES apud DIAS, 2010:42).*

Mosenhor Chaves evidencia elementos importantes, para nossa problemática, ao passo que iniciaremos nossa discussão com uma de suas obras, “o índio em solo piauiense”, publicada em 1952, está entre as primeiras narrativas escritas que trata do elemento indígena.

O primeiro ponto que problematizamos, refere-se a uma fala recorrente na historiografia piauiense, aborda também por Monsenhor Chaves, trata-se que o solo piauiense era habitado por inúmeras tribos, e vertiginosamente o número de habitantes ia aumentando, devido a fuga dos índios dos vales da Bahia e Pernambuco para os vales piauienses. Nos primeiros tempos da colonização os “índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí”. No final do século XVIII e começo do XIX, praticamente não existiam mais. Em nosso tempo é recorrente a ideia de extermínio.

Embora, a discussão de extermínio seja recorrente dentro da historiografia piauiense, pensamos que os depositários de tais prerrogativas exageram nas falas, muitos até mesmo se tornam contraditórios, ou dão como verdades os documentos oficiais. Ao que me parece Monsenhor Chaves, homem da igreja não dava vazão “as verdades” dos documentos oficiais, quando o mesmo utilizava tais documentos buscando suas contradições.

Monsenhor Chaves, homem da igreja. Envolto as particularidades de seu lugar de fala, por vezes toca no assunto ligado a política pombalina, mostrando seu descontentamento no que se refere a expulsão dos jesuítas. Chaves enfatiza que a perda da tutela dos jesuítas sobre os indígenas, encadeou a sumaria perseguição, moléstia e extinção dos povos indígenas.

Os documentos utilizados por Chaves, por vezes documentos oficiais, ou pelo menos de homens ligados a postos oficiais, confirmam suas queixas. Os primeiros governos do Piauí, forjaram o extermínio dos nativos: perseguiram, tomaram suas terras, torturam e mataram os gentios, por fim exterminaram sob o signo da escrita ocidental.

Salientamos que nossa abordagem, sobre os diversos personagens envolvidos que vai do autor (Monsenhor Chaves) que narra a partir de um tempo (meados do século XX) representando um outro tempo (século XVII e XVIII) e dos personagens que Chaves narra como Domingos Jorge velho e João do Rego Castelo Branco entre outros, percebemos eles envolvidos a uma “estrutura de sentimento”, WILLIAMS nos esclarece que:

*O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia”. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas (WILLIAMS, 1979:134).*

“Historiemos os fatos”.

O início da moléstia contra os índios do Piauí remete ao final do século XVII, por volta de 1674, as primeiras bandeiras à procura de índios rebelados do vale do São Francisco, e também de metais preciosos, terras férteis e mão de obra escrava, chegam ao Piauí. Duas bandeiras merecem destaque, uma bandeira paulista comandado por Domingos Jorge Velho, e outra forjada pela Casa da Torre dos Dias Ávila, a bandeira baiana ficou sob comando de Domingos Afonso Mafrense, conhecido como Domingos Sertão.

Mosenhor Chaves nos esclarece que o motivo inicial da vinda dos bandeirantes para terras piauienses, seria essa procura por índios rebelados do sertão baiano.

*De 1674 para diante os nossos silvícolas começaram a ser molestados por novas agressões dos brancos, que agora vinham de várias direções. Tribos rebeladas no sertão do S. Francisco trouxeram até aqui, no seu encaço, os guerreiros da Casa da Torre. [...] Perseguido os Gueguês em retirada, é nessa hora que pisa o solo piauiense um dos capitães e companheiro de conquista de Francisco Dias de Ávila, Domingos Afonso Sertão. (CHAVES apud DIAS, 2010:49-50)*

As narrativas invocadas, nos leva a exercitar uma memória das moléstias acometidos contra o indígena. A pragmática da memória do extermínio é exercitada, é buscada. Segundo Paul Ricoeur “lembrar-se é não somente acolher uma imagem do passado, como também busca-la, “fazer” alguma coisa” (RICOEUR, 2007:71). Chaves aponta vários episódios, destacando a forma violenta que os índios eram mortos.

*Os selvagens foram surpreendidos nalgum ponto da costa, do lado do Piauí, e facilmente desbaratados. Mas o branco civilizado enodoou a vitória com um ato repugnante de selvageria: consentiu que os índios aliados **exterminassem brutalmente as criancinhas tremembés aprisionadas**. É o próprio Governador, Inácio Coelho da Silva, que relata o nefando crime, em carta para o príncipe regente: “Os índios aliados, travando das criancinhas pelos pés, mataram-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca, de mais de 300 só escaparam 37 inocentes”. [grifo nosso] (CHAVES apud DIAS, 2010:50)*

Gostaria de esclarecer, que a minha abordagem é na tentativa de entender, os motivos que levaram Mosenhor Chaves a pontuar as agressões sofridas pelos indígenas. Dentro dessa memória exercitada, perceber o uso e abuso de uma memória, que devido o trauma quer ser esquecida. É exercitada e quer ser esquecida. Essa memória choca quando é por demais remetida, quando é por demais convocada, da mesma forma o excesso de esquecimento também indica um abuso de memória, então tanto quanto excesso de memória quanto excesso de esquecimento há um abuso.

Até que ponto o uso da memória no construto das identidades, forjaram de forma coerciva e silenciosa o distanciamento das tradições de um povo? O elemento indígena é a base étnica do povo piauiense. Os costumes, ainda permanecem, todavia, e muito disso no caráter oficial, a identidade não é percebida ou remetida a povos indígenas. A negação da nomenclatura “índio” seria devido às memórias traumáticas? Estratégia de sobrevivência? Ou o termo “índio” não é significativo para esse povo? Sobre memória e identidade Ricoeur diz:

*O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso da memória, em tal região do mundo portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, por tanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante. (RICOEUR, 2007: 94).*

Continuemos abordagem de Chaves sobre as moléstias e sofrimento dos índios. O autor comenta um levante dos indígenas contra os alagozes homens branco. Sob liderança de “Manu Ladino”, indígena catequisado por jesuítas, tribos indígenas se organizaram numa confederação, tendo êxito em alguns combates, porém sendo derrotada e levando a morte de “Manu Ladino”, em fuga o líder indígena morre afogado quando tentava atravessar o rio Parnaíba. Depois da morte de “Manu Ladino”:

*A guerra continuou, porém, encarniçada, no território piauiense, ainda durante alguns anos. Mas aquela fibra de ataque de nossos índios tinha sido quebrada em*

*toda a linha. A ação enérgica, e muitas vezes desumanas, dos mestres de campo e dos proprietários particulares de fazendas de gado, tinha aniquilado, definitivamente, as confederações de selvagens. Sucedem-se as reduções e os aldeamentos das tribos, umas vezes sob as ameaças armada dos mestres de campo e dos preadores de índios, outras vezes ao simples apelo pacífico dos missionários, ou de alguma autoridade compreensiva e humanitária que com eles negociava (CHAVES apud DIAS, 2010: 51).*

Em meados do século XVIII fora criada leis que davam liberdade aos povos indígenas, e governo teria a tutela desses povos. João Pereira Caldas, o primeiro governador do Piauí “encarregado por sua Majestade de proteger os índios contra os jesuítas, inicia a sua gestão com um pedido singular: fazer uma guerra ofensiva aos seus protegidos” (CHAVES apud DIAS, 2010:52) em ofício de 1759 tem como queixa que “algumas nações de gentio afligem incessantemente uma grande parte desta consternada capitania, assaltando fazendas, escalando as casas delas e matando toda a gente que encontram” (idem). Seu pedido não foi aceito. Contudo:

*Pereira Caldas insistiu: queria uma guerra ofensiva. Isto, pelas leis em vigor, significava guerra geral, escravização legal dos prisioneiros. Ora, a primeira Carta Régia que o governo recebera lhe inculcava coisa muito diferente. Ele deveria secundar os esforços do Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, encarregado por S. Majestade de executar inviolavelmente, na Capitania, as leis de 6 e 7 de julho de 1755, que restituíam aos índios “ as liberdades de suas pessoas, bens e comércio”. O rei manda que se repartissem aos índios as terras competentes para a sua lavoura e comércio “nos distritos das vilas e lugares que de novo deveis exigira nas aldeias que hoje têm e no futuro tiverem os referidos índios” ” (DIAS apud CHAVES, 2010:52)*

Chaves chama atenção para “uma cláusula odiosa” das leis de 6 e 7 de julho de 1755. “Não permitireis, por modo algum, que os regulares (isto é, os jesuítas), que até agora se arrogaram o governo secular das ‘ditas aldeias, tenham nelas a menor ingerência” (CHAVES apud DIAS, 2010:52). A clausula abriu espaço para uma guerra contra o gentio, no confisco de terras, e perseguição de índios pernicioso para manutenção da coroa em terras piauienses.

*Os Tremembés, por exemplo, privados dos seus antigos protetores, viram as suas terras confiscadas por aproveitadores, que para esbulha-los nos seus direitos, tiveram a complacência daquelas “pessoas idôneas” que o governador nomeara para protege-los. (CHAVES apud DIAS, 2010:53)*

Nos anos de 1776, João do Rego ataca os Pimenteiras numa guerra que durou quase dez anos, de idas e vindas, com varias excursões contra os perniciosos Pimenteiras, moradores do Sertão das Pimenteiras, a região mais desconhecida pelos predores de índio. Chaves diz que os Pimenteiras “serão totalmente destroçados em 1783” ( CHAVES apud DIAS, 2010: 56). O governo do Piauí diz que a partir de 1815 não existe mais índio no território piauiense.

Por fim registramos nossa discordância, tanto de Monsenhor Chaves quanto do governo do Piauí, no que se trata do extermínio dos indígenas. Nossa justificativa vem das próprias conclusões de Chaves, evidenciando partes da nossa sociedade esquecida pela memória oficial. As tribos mais agressivas foram apagadas ou expulsas do território piauiense. As mais fracas se adaptaram à convivência com o colonizador, disso resultou a razão de mestiçagem, que é a base de nossa característica étnico (CHAVES, 1998).

Acreditamos que o interesse em exterminar as populações indígenas, seja pelo caráter prático, seja pelo caráter simbólico, vincula-se as lutas por território. Primeiro na busca por minérios e mãos cativas, depois por grandiosos latifúndios na criação de gado. O extermínio foi a justificativa para o governo piauiense desconsiderar as leis de 6 e 7 de julho de 1755, “O rei manda que se repartissem aos índios as terras competentes para a sua lavoura e comércio” (CHAVES apud DIAS).

Diante disso, percebemos que a história ensinada, a história do currículo oficial, é resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir. Fomos ensinados que não existem mais índios no Piauí, e não importa se minha bisavó “foi pega no mato, a dente de cachorro”, não importa minha herança cultural: forma de vestir, de comer, de falar, de pensar, de se relacionar. A historia oficial diz que não existe mais índios, meu professor diz que não existe mais índio. “Quem sou eu pra dizer o contrario!?”. “Quem sou eu? [...] eis o que somos, nós. Somos *tais*, assim e não de outro modo” (RICOEUR, 2007: 94). A problematização de Ricoeur, refere-se as fragilidades da memória e da identidade, quando é manipulada e legitimada por um “Estado”, a resposta

para “o que sou eu?” é legitimada pelo estado “eis o que somos, nós. Somos *tais*, assim e não de outro modo”.

Para Hall (2012: 109), “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

Acreditamos que as problemáticas levantadas nos posicionam a novas nuances, novas perspectivas nos ensino de História do Piauí, perceber os povos indígenas não como algo tão somente do passado, morto inexistente, exterminado. Galgar uma memória justa dos povos indígenas, evidenciar os abusos da memória, mostrar o luto, a melancolia da memória para quem sabe um dia nos possibilitar um caminho para uma memória do perdão (RICOEUR, 2007).

### **Referências**

BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. 2ed. Teresina: APL;FUNDAC;DETRAN, 2009.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **Relações familiares no Piauí Colônia: Patrimônio e poder político**.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHAVES, Monsenhor. **O índio no solo piauiense** IN: *Obra completa*. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **História dos Índios do Piauí**. Teresina, EDUFPI/GRAFICA DO POVO: 2011.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789/1850**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, [1999].

DIAS, William Palha. **Caracol na história do Piauí**. 4ª Ed. Teresina, 2003.

DIAS, William Palha. **Caracol na história do Piauí**. Teresina: Imp. Oficial, 1960.

NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As trilhas da morte no sertão das pimenteiras – pi (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território**.



NUNES, Odilon. Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2007.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3 (1989), p. 3-15.

RICCEUR, Paul. Memória Pessoal, A memória, a história, o esquecimento. Capinas,sp: Editora da Unicamp. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos estudos culturais.** Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar 1979.